

Regra clara atrai investimentos, aponta debate

Para especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Infraestrutura, aumento de recursos privados via concessões ou parcerias públicas depende de leis modernas

Marcos regulatórios aperfeiçoados e definição de regras claras e justas para concessões públicas e parcerias público-privadas (PPPs) são imprescindíveis para o Brasil atrair e manter investimentos nacionais e estrangeiros para infraestrutura. Essa foi

uma das conclusões dos participantes de audiência pública interativa sobre segurança jurídica para investimentos privados. Redução do custo da logística brasileira e modernização da legislação trabalhista também foram pontos citados no debate. **7**



Moreira/Mantz/Agência Senado

Cleverson Aroeira, Almir Pazzianotto, Fernando Collor e Alexandre Aragão na CI

Juizes pedem sanção penal para delitos trabalhistas

Juizes trabalhistas e membros do Ministério Público pleitearam, em audiência pública na CDH, a expansão das atribuições da Justiça do Trabalho para possibilitar a aplicação de sanções penais a empregadores que atrasam, por exemplo, o pagamento de salários para investir no negócio sem ter que pagar juros aos trabalhadores. **6**

Paulo Paim (4º à esq.) preside audiência pública na CDH sobre ampliação das competências da Justiça do Trabalho



Gerardo/Magalhaes/Agência Senado

Graça Foster será ouvida hoje, no Senado, pela CPI da Petrobras 8

Relator da LDO deve apresentar amanhã parecer preliminar 3

Senado homenageia entidade internacional de agricultura

Em sessão especial ontem no Plenário, os senadores prestaram homenagem ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) pelos 50 anos de presença no Brasil.

A entidade, que é ligada à Organização dos Estados Americanos, teve um papel importante na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **2**



O senador Cristovam Buarque fala na sessão de homenagem ao IICA

especial Cidadania

Consultores avaliam legalização controlada da maconha

A pedido de Cristovam Buarque, os consultores do Senado Denis Murahovschi e Sebastião Moreira Junior fizeram estudo em que concluem que a questão da maconha pode caminhar para a regulação da produção, comércio, posse e consumo, que ficariam sob controle do Estado. Sugestão sobre o assunto, feita por um cidadão na internet, pode virar projeto de lei. **4 e 5**



Fernando/Ribeiro/Agência Senado

Ativistas em frente ao Congresso defendem regulação da maconha no país



Cristovam Buarque (3º à esq.) preside, no Plenário do Senado, a sessão especial pelos 50 anos do IICA no Brasil

Senado homenageia entidade que ajudou a criar a Embrapa

Organismo de cooperação técnica vinculado à Organização dos Estados Americanos, IICA completa 50 anos no Brasil. “O que somos hoje na agricultura decorre da inovação trazida pelo instituto”, disse Cristovam

UM DOS PRINCIPAIS feitos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil foi incentivar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O papel do instituto nesse processo foi destacado por Cristovam Buarque (PDT-DF) ontem, na sessão especial do Senado em homenagem ao organismo internacional pelos 50 de atividades no país.

— O que somos hoje na agricultura decorre da inovação trazida pelo IICA e que ajudou a estruturar o trabalho da Embrapa. Foi a Embrapa que permitiu à produção agrícola brasileira crescer — afirmou Cristovam, ressaltando a inclusão e a sustentabilidade como aspectos

incentivados pela agência de cooperação.

Vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), o IICA surgiu por iniciativa dos Estados Unidos para defender a modernização agrícola e, segundo Cristovam, transformou o cenário econômico dos 34 países-membros.

Na solenidade, representantes da instituição destacaram os resultados obtidos pela agricultura brasileira na parceria.

— Há 50 anos, o Brasil produzia poucos produtos agrícolas, dependendo de importações massivas. Em nada se comparava ao modelo atual de grande produtor de commodities. Nós temos orgulho de participar dessa transformação, que levou o Brasil a se tornar o maior

produtor mundial de açúcar e maior exportador de café, soja e suco de laranja — disse o diretor-geral do IICA, Víctor Villalobos.

Apesar dos avanços, o representante do IICA no Brasil, Manuel Rodolfo Otero, disse que a cooperação técnica internacional precisa continuar. Como desafio atual, citou o contínuo aumento nos níveis de produtividade agrícola sem colocar em risco a conservação do ambiente.

A sessão também marcou o lançamento de um selo dos Correios em alusão aos 50 anos do IICA no Brasil. Além disso, uma exposição de publicações editadas pelo instituto poderá ser visitada até a sexta-feira, na Biblioteca do Senado.

É a agropecuária que dá dinamismo à economia brasileira, afirma Raupp



O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou o lançamento, pelo governo federal, do Plano Agrícola e Pecuário e do Plano Safra da Agricultura Familiar, ambos para 2014–2015.

O Plano Agrícola e Pecuário conta com R\$ 155 bilhões de financiamento, valor 14% maior que o do período anterior. O Plano Safra da Agricultura Familiar destina R\$ 24,1 bilhões ao segmento.

Raupp lembrou que a agropecuária representa R\$ 250 bilhões em exportações. Segundo ele, é graças ao setor que a economia brasileira tem conseguido um saldo positivo.

— No setor industrial, há encolhimento. Diferentemente, o setor agropecuário continua avançando. É o motor que dá dinamismo à economia.

Anibal cita ação federal e diz que não faltará crédito a produtor rural



Em pronunciamento no Plenário, o senador Anibal Diniz (PT-AC) citou a afirmação da presidente

Dilma Rousseff, ao anunciar o Plano Safra da Agricultura Familiar e o Plano Agrícola e Pecuário, de que não faltará crédito para os produtores agrícolas.

O senador destacou que o Plano Safra da Agricultura Familiar anunciado é o maior da história, pois o governo federal vai disponibilizar R\$ 24,1 bilhões para o setor a juros baixos.

— Consideramos que todas essas iniciativas são medidas de impacto que vão melhorar não apenas a produção nacional [agropecuária], mas também dar mais segurança aos produtores — afirmou Anibal.

Vital: vida do nordestino nunca mais será a mesma após obra no São Francisco

Vital do Rêgo (PMDB-PB) se disse entusiasmado com o andamento da transposição do Rio São Francisco. Ele acompanhou a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, numa visita às obras.

Vital é presidente da comissão do Senado que fiscaliza a transposição. Ele participou de um encontro com as empresas construtoras.

O projeto envolve a construção de canais, aquedutos, adutoras, barragens, açudes e estações de bombeamento para levar água a 12 milhões de nordestinos em quatro estados afetados pela seca.

Prevista inicialmente para ficar pronta em 2012, a obra sofreu atrasos e, segundo o governo, será concluída em 2015.

— A vida sofrida do sertanejo do semiárido nunca mais será a mesma depois que as águas captadas do rio estiverem escoando pelos canais — disse Vital.

Domenico De Masi participa de debate sobre os próximos 50 anos

O sociólogo italiano Domenico De Masi debate hoje os cenários do futuro nos próximos 50 anos. A audiência, às 9h, é conjunta das Comissões de Educação e Cultura (CE) e Senado do Futuro (CSF). O cidadão poderá participar pelo Portal e-Cidadania e pelo telefone. A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF)

e Cyro Miranda (PSDB-GO). Em seu mais recente livro, *O Futuro Chegou — modelos de vida para uma sociedade desorientada*, De Masi propõe uma reflexão sobre todos os modelos socioeconômicos e religiosos já testados para favorecer um estilo de vida global adequado à sociedade pós-industrial.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CEfuturoEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CEfuturoAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #DomenicoDeMasi #CESenado #CSFSenado	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoEducacao	

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO PEC do Trabalho Escravo

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, a PEC do Trabalho Escravo, que prevê a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho coercitivo.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h30 Renan Calheiros recebe Valdir Raupp e o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski; após, preside sessão do Congresso; às 12h, participa de homenagem à Irmã Dulce; às 15h, recebe centrais sindicais; às 15h30, Walter Pinheiro e o prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 19h, sessão do Congresso.

CCJ Reforma do Código Penal

9h O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, participa de audiência pública na CCJ sobre a reforma do Código Penal.

CE/FUTURO Domenico De Masi

9h Audiência pública conjunta das Comissões de Educação e Senado do Futuro com o sociólogo Domenico De Masi, para tratar do tema “Cenários do futuro nos próximos 50 anos”.

CMA/CCT/CI Paulo Bernardo

10h O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, participa de audiência pública conjunta da CMA, CCT e CI sobre telefonia celular no país. Após a audiência, ele debate a política pública do Programa Nacional de Banda Larga na CCT.

CAE Benefícios fiscais

10h A CAE pode votar projeto que convalida a concessão de benefícios fiscais e concede anistia de créditos tributários referentes ao ICMS.

CPI DA PETROBRAS Graça Foster

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve a presidente da estatal, Graça Foster.

CE Aposição de retrato

10h30 Cerimônia de aposição do retrato de Flávio Arns, presidente da CE em 2009, na galeria de ex-presidentes da comissão.

CDH/CAS Parto humanizado

11h Reunião conjunta da CDH e CAS para debater humanização do parto no Brasil. A audiência é alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher. Participam a ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e Vera Soares, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

CONGRESSO Reintegração de servidores

11h30 Sessão solene do Congresso, no Senado, para promulgação da EC 79, que reintegra servidores dos ex-territórios do AP e RR aos quadros da União. Às 19h, exame de vetos e projetos na Câmara.

CONSOLIDAÇÃO Análise de emendas

14h A Comissão de Consolidação das Leis analisa emendas a projetos sobre trabalho escravo e doméstico.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 10h15, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vital pode apresentar relatório à LDO amanhã

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, deve apresentar o parecer preliminar à matéria amanhã. Texto prevê salário mínimo de R\$779,79 e taxa de crescimento do PIB de 3% ao ano

O RELATOR DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, Vital do Rêgo (PMDB-PB), deve apresentar esta semana o parecer preliminar ao texto. O parecer traz as regras para a apresentação de emendas ao projeto (PLN 3/2014), incluindo as que serão apresentadas ao Anexo de Metas e Prioridades. A reunião da Comissão de Orçamento (CMO) está agendada para amanhã às 14h30.

O anexo relaciona as obras e os serviços que deverão ter prioridade de execução no próximo ano. A novidade deste ano é que somente bancadas estaduais e comissões permanentes da Câmara e do Senado poderão apresentar emendas ao anexo — três por bancada ou comissão. Nos anos anteriores, os deputados e os senadores podiam emendar o texto individualmente.

O relatório preliminar será colocado em votação na CMO, onde o projeto da LDO tramita desde abril. As emendas ao texto podem ser apresentadas até amanhã. A data da votação depende de negociação entre os representantes dos partidos com assento no colegiado.

No relatório, Vital do Rêgo reconhece que as projeções para o crescimento da economia brasileira no projeto da LDO 2015 “mostram-se mais otimistas que as expectativas do mercado”. Entretanto, ele entende que os cálculos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeção do crescimento da economia está otimista na LDO 2015, diz Vital

oficiais “estão amparados em parâmetros fiscais sólidos e refletem uma política governamental direcionada para reverter os efeitos da crise internacional e assegurar estabilidade nos preços e estímulos ao setor produtivo nacional e à geração de empregos”. O relator diz acreditar que o país tem todas as condições de aumentar o PIB em 3% em 2015.

A LDO deve ser votada até 17 de julho pelo Plenário do Congresso. Caso contrário, a sessão legislativa não poderá ser interrompida para o recesso parlamentar nas duas últimas semanas de julho.

A LDO é uma lei anual que disciplina a elaboração da proposta orçamentária. A norma traz ainda as metas fiscais que o governo pretende alcançar no ano seguinte. No texto, o Executivo propõe salário mínimo de R\$ 779,79 para 2015.

A Comissão Mista de Orçamento divulgou na semana passada a lista dos relatores que vão trabalhar na elaboração da proposta orçamentária de 2015, que chegará ao Congresso em agosto. Romero Jucá (PMDB-RR) será o relator-geral da proposta.

O nome de Jucá foi uma indicação do líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE). Este ano, os cargos de relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do projeto do Orçamento cabem ao Senado.

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) vai ser o relator da Receita. Caberá a ele reestimar os valores da arrecadação prevista na proposta orçamentária.

A comissão também divulgou a lista dos dez relatores setoriais que vão auxiliar o relator-geral na discussão do Orçamento do próximo ano.

Executivo aponta falhas em 25% das emendas parlamentares

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República enviou ao Congresso a lista de emendas parlamentares individuais com impedimentos técnicos e sem condições de serem executadas. O valor soma R\$ 6,462 bilhões. Desse total, após análise feita pelos ministérios, foram consideradas com impedimento emendas que somam R\$ 1,651 bilhão,

pouco mais de 25% do total.

Os parlamentares têm de hoje até 4 de junho para corrigir. Enquanto isso, os recursos ficam bloqueados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). A legislação eleitoral impede que as emendas sejam executadas até três meses antes do primeiro turno das eleições de outubro, ou seja, a partir de 5 de julho.

Capiberibe alerta para elevação dos gastos do Poder Legislativo

João Capiberibe (PSB-AP) chamou a atenção, ontem, para os elevados gastos do Poder Legislativo e cobrou mobilização da sociedade para o combate às irregularidades. Segundo ele, os orçamentos das Casas legislativas do Brasil deram um salto significativo nos últimos anos, atingindo, em 2013, mais de



Waldemir Barral/Agência Senado

R\$ 20 bilhões.

Capiberibe lembrou que a Assembleia Legislativa do Amapá atingiu um nível de gastos muito elevado e elogiou o movimento da sociedade amapaense pela redução dessas despesas.

— Essa má utilização de recursos públicos ocorre em todas as assembleias legislativas do país — afirmou.

Pauta do Plenário recebe mais três medidas provisórias

O Senado recebeu ontem três medidas provisórias aprovadas pela Câmara na semana passada. Com isso, passa a seis o número de medidas que trancam a pauta do Plenário e impedem a votação de projetos de lei. Todas precisam ser aprovadas até o dia 2 de junho para que não percam a validade.

Uma das medidas que chegaram é a MP 634/2013,

que isenta os importadores de álcool do pagamento do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação. Outra MP é a 632/2013, que reajusta os salários de algumas carreiras do Executivo e concede mais sete meses para a Comissão Nacional da Verdade concluir os trabalhos. A terceira (MP 636/2013) trata do perdão de dívidas de assentados da reforma agrária.

Senado propõe parceria com instituto de pesquisa Latinobarómetro

O Senado propôs uma parceria com o Latinobarómetro, instituto de pesquisas de opinião que tem sede no Chile. A diretora e fundadora do Latinobarómetro, Marta Lagos, reuniu-se ontem com a diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Elga Lopes, e o assessor especial da Secretaria de Transparência, Thiago Cortez Costa.

Entre as possíveis ações, estão o intercâmbio de profissionais, o compartilhamento de dados e publicações e a realização de cursos de capacitação sobre metodologia de pesquisa e avaliação de políticas públicas.

De acordo com Cortez, o Senado pode se beneficiar muito da parceria com o Latinobarómetro, que tem uma experiência vasta em pesquisa e acumula muita informação sobre democracia e opinião pública na América Latina.

— Quando olhamos os dados do Latinobarómetro, vemos que os fenômenos observados no Brasil não estão isolados. Pelo contrário. São parte de um contexto muito maior, com paralelos em todos os países da região — disse ele.

O Latinobarómetro foi criado em 1995, como forma de se obterem dados científicos, medindo tecnicamente a opinião da população, nos moldes do que já era feito na Europa.

Marta apresentou resultados de pesquisas recentes realizadas em 20 países da América Latina, incluindo a preferência pelo regime democrático, a descrença na capacidade do governo de resolver problemas nos próximos cinco anos e a falta de confiança nos partidos. Ela também mostrou que a maior demanda na região é por inclusão e que 70% dos



Marta Lagos (E), do Latinobarómetro, com Elga Lopes e Thiago Cortez Costa (D)

entrevistados acreditam que os governos não governam para eles, mas para uma minoria.

Segundo Marta, as pesquisas de opinião podem ser muito úteis para legisladores e para o governo. As informações, ressaltou ela, podem servir de alerta e antecipar situações.

— As democracias modernas não podem funcionar

sem estudos de opinião. É necessário monitorar o processo social, conhecê-lo em profundidade e, sobretudo, revelar aspectos ocultos das demandas das pessoas, que não necessariamente se manifestam imediatamente — afirmou.

A diretora do Latinobarómetro acredita que o instituto se tornou um potente instrumento para compreender

que os países da América Latina têm muitos problemas em comum. A pesquisadora afirma que isso facilita a compreensão e a comparação do fenômeno social, contribuindo para encontrar soluções.

Ainda ontem, ao lado de outros palestrantes, a diretora falou no seminário E o Povo Foi às Ruas... Repensando o Papel dos Partidos Políticos.

O barômetro é um instrumento de medição da pressão atmosférica. O Latinobarómetro e o Barômetro do DataSenado utilizam o termo como uma analogia para indicar a mensuração da pressão popular sobre as instituições democráticas, na avaliação da atuação dos parlamentares e na demanda por soluções às questões sociais. No Senado, esse tipo de pesquisa começou a ser feito pelo DataSenado em 2008, com periodicidade semestral.

A iniciativa de cidadãos pelo Portal e-Cidadania, do Senado, motivou uma audiência pública sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e a apresentação de uma sugestão de projeto de lei sobre a regulamentação do uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. O relator da proposta, Cristovam Buarque, encomendou análise de consultores da Casa

Futuro da maconha pode ser legalização controlada, diz estudo

Juliana Steck e Milena Galdino

O CAMINHO QUE se aponta para o futuro da maconha é o da legalização controlada, com a regulação de todo o processo — da produção e comércio à posse e consumo de drogas —, que ficaria sujeito a controle e fiscalização pelo Estado. Os consultores do Senado Denis Murahovschi e Sebastião Moreira Junior chegaram a essa conclusão em um estudo, elaborado a pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sobre a substância ilícita mais usada no mundo: a maconha é consumida por 180 milhões de pessoas, ou 3,9% da população de 15 a 64 anos, segundo o *Relatório Mundial sobre Drogas 2013*.

Os consultores também advertiram que é contraditório descriminalizar as drogas sem haver um mecanismo legal que permita o consumo, o que acabaria com o mercado ilícito. Cristovam é relator da sugestão popular de projeto de lei sobre o uso da planta *Cannabis sativa* (maconha). A Sugestão 8/2014 foi enviada pelo Portal e-Cidadania, no site do Senado, no dia 30 de janeiro deste ano, e em pouco



Marcha em Brasília reuniu, na sexta-feira, defensores do porte de maconha para consumo próprio e pais de pessoas com epilepsia

mais de uma semana atingiu mais de 20 mil apoios, o suficiente para que fosse encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e analisada com a possibilidade de se tornar projeto de lei.

A sugestão foi feita por André Kiepper, analista de gestão em saúde da Fundação Oswaldo Cruz e mestrando em saúde pública. O mesmo cidadão propôs audiência pública sobre uma

possível inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas — Sisnad).

Uso pessoal

A proposta do debate teve, em 11 dias após a publicação no e-Cidadania, apoio de cerca de 10 mil pessoas. O artigo questionado define penalidades para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer

consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

A audiência, interativa, foi realizada há uma semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e recebeu mais de 150 perguntas e comentários da sociedade. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator na CCJ de projeto que propõe alterações na legislação sobre drogas

(PLC 37/2013), presidiu o debate.

Para justificar a sugestão da audiência, Kiepper argumentou que a Lei 11.343/2006 “criminaliza conduta que não extravasa a vida privada do cidadão”. Segundo ele, o artigo 28 da lei fere o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, que garante como invioláveis a intimidade e a vida privada. “Se o cidadão ofende tão somente bens jurídicos pessoais, não há crime”, afirma.

No debate, Valadares destacou a mudança que propõe no substitutivo dele ao PLC 37/2013. O artigo questionado estabelece que, para determinar se a droga se destina a consumo pessoal, “o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”.

— Essa redação, quando fala em circunstâncias sociais e pessoais, é um tanto quanto discriminatória, preconceituosa, dando margem a subjetivismo — afirmou o senador.

No seu texto, Valadares propõe determinar que, “salvo prova em contrário, presume-se a destina-

ção da droga para uso pessoal, quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias, conforme limites definidos pelo Poder Executivo da União”.

Já a sugestão do projeto sobre o uso da maconha pede a regulação para usos medicinal e recreativo da *Cannabis* e o uso industrial do cânhamo (uma variável da mesma espécie da planta). Os signatários da proposta querem a permissão do cultivo caseiro, o registro de clubes de autocultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal. Kiepper disse acreditar que Cristovam, como relator, “não deixará que o assunto seja boicotado, como sempre foi”.

— No final do ano passado, co-meecei a acessar o site do Senado do Uruguai para acompanhar a tramitação do projeto de regulação da maconha daquele país e, ao mesmo tempo, acessar o site do Senado brasileiro, para acompanhar o PLC 37/2013, do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), que torna ainda mais rígida a repressão aos usuários e pequenos comerciantes, com tendên-



Audiência na CCJ recebeu mais de 150 perguntas e comentários de cidadãos

cia totalmente oposta ao que o resto do mundo está legislando sobre drogas. Nessas buscas, conheci o e-Cidadania — diz.

Ao encomendar o estudo sobre a maconha ser “porta de entrada” para outras drogas e sobre a redução da violência com a legalização. De acordo com Murahovschi e Moreira Junior, países com políticas mais duras em relação ao uso de drogas mantêm níveis mais elevados de consumo de drogas e de problemas a ele relacionados, em comparação a países com

políticas mais liberais. Há ainda evidências de que a liberalização das penalidades aplicadas às pessoas que usam maconha não leva necessariamente ao aumento sustentado do consumo.

Eles afirmam que as drogas costumam ser associadas a violência e a atos ilícitos, razão pela qual geram uma sensação de insegurança, especialmente entre pessoas que tiveram pouco ou nenhum contato com drogas: “Muitos políticos tendem a explorar e inflamar esses medos, por referirem-se enfaticamente às drogas como um problema ou por amplificar problemas a elas relacionados, de forma

deliberada ou não, ainda que eles efetivamente existam”.

Depois de votado na CDH, o relatório de Cristovam sobre a Sugestão 8/2014 poderá virar projeto de lei e deverá passar pela CCJ e, possivelmente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, deve ir a Plenário e, se aprovado, seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Marcha

Na Câmara, tramita ainda o PL 7.270/2014, do deputado Jean Willys (PSOL-RJ), que regula a produção, industrialização e comercialização da *Cannabis sativa*, seus derivados e subprodutos, e cria o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas. Na sexta-feira, cerca de 2 mil pessoas, segundo a Polícia Legislativa, realizaram uma marcha na Esplanada dos Ministérios para cobrar a aprovação do projeto.

Outro senador que participou do debate na CCJ, Eduardo Suplicy (PT-SP), defendeu a necessidade de analisar “vantagens de uma possível regulamentação à luz da legislação que recentemente foi iniciada em inúmeros países, como o Uruguai”.

E-Cidadania tem outras sugestões

Outras duas sugestões de projetos de lei apresentadas por meio do e-Cidadania estão em análise na CDH. A Sugestão 12/2014 propõe que cidadãos devidamente habilitados sejam autorizados a portar armas (a matéria sobre a proposta publicada pela Agência Senado já teve mais de 53 mil visualizações, tornando-se a mais lida do ano). Já a Sugestão 7/2014 prevê a regulamentação do marketing multinível.

A audiência pública sobre o porte de drogas para uso pessoal foi a segunda solicitada diretamente pela sociedade por meio do Portal e-Cidadania. A primeira foi realizada em novembro do ano passado, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para discutir a inclusão dos fisioterapeutas na Norma Regulamentadora 4, que trata de serviços especializados de segurança em medicina do trabalho, nas empresas públicas e privadas.

Debatedores apontam inconstitucionalidade na lei

Durante a audiência na CCJ, a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei sobre Drogas foi apontada por diversos participantes. Maria Lucia Karam, da Law Enforcement Against Prohibition (Leap), disse que o porte de drogas para consumo pessoal “oferece perigo apenas à saúde do usuário, sem atingir concreta, direta e imediatamente um direito alheio”.

— Em uma democracia, o Estado não pode tolher a intimidade e a liberdade dos indivíduos sob o pretexto de protegê-los.

Ela disse que não se pode considerar prejuízo a terceiros o aumento de gastos com a saúde pública, pois “o tráfico de entorpecentes causa muito mais prejuízos ao país”, como o aumento do crime organizado ligado ao narcotráfico, o controle do mercado e de territórios por grupos criminosos, a legalidade e a violência resultantes da própria criminalização e a corrupção causada pela infiltração do crime organizado em instituições democráticas e nas forças policiais.

— É preciso legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas para dar ao Estado poder de regular, limitar, controlar, fiscalizar e taxar com impostos tais atividades.

A professora de direito Beatriz Vargas Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), disse que, no Distrito Federal, 98,7% dos processos que geraram condenamento por tráfico referem-se a apreensões de até 10 quilos de maconha, cocaína e crack — ou seja, a pequenos traficantes.

— Os recursos e o tempo investidos no combate às drogas chegam apenas aos “varejistas”, enquanto cresce o tráfico praticado por grandes distribuidores.

Segundo Ubiratan Angelo, da ONG Viva Rio, o artigo 28 não serve para nada mais que colocar na ilegalidade quem consome drogas. Para o juiz do Tribunal de

Justiça de São Paulo José Henrique Torres, o artigo analisado fere ao menos seis princípios legais: o da lesividade (pune a autolesão), o da idoneidade (“é inútil e ineficaz”), o da racionalidade (produz mais danos do que benefícios), o da igualdade (há drogas lícitas, como tabaco e álcool, e outras ilícitas), o da intimidade da vida privada (o Estado não pode impor condutas morais aos cidadãos) e o do respeito à diferença e à dignidade humanas (exclusão social de usuários de certas drogas).

Torres destacou que a política de descriminalização (ainda que parcial) das drogas do Uruguai ba-

seia-se em tratados internacionais que determinam a superioridade dos acordos na área de direitos humanos sobre os demais, como o da guerra às drogas. Em 2013, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) endossou — na Declaração de Antigua (Guatemala), subscrita pelo Brasil — essa posição.

O juiz de direito citou decisões das cortes da Argentina e da Colômbia declarando inconstitucional a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal.

— Há alternativas fora do âmbito da criminalização: regulação, controle, acolhimento, assistência — defendeu.



José Henrique Torres, Alexandre Crippa, Analice Gigliotti, Valadares, Beatriz Ramos, Maria Lucia Karam e Renato Malcher

Pesquisas divergem sobre efeitos à saúde

A médica Analice de Paula Gigliotti, da Associação Brasileira de Psiquiatria, concordou que o tráfico ilegal de drogas e o estigma social dos usuários trazem altos custos ao país, mas ponderou que a descriminalização das drogas também pode gerar prejuízos.

— Se a droga deixa de ser ilegal, há redução na percepção dos riscos que ela causa e, consequentemente, aumento do consumo, principalmente pelos adolescentes, com danos à saúde — afirmou.

A psiquiatra fez uma comparação com o tabaco. Segundo ela, em 1998, 35% dos brasileiros eram fumantes, enquanto hoje apenas 13% consomem cigarros, devido à adoção de medidas restritivas (como a proibição da propaganda comercial e de fumar em locais públicos) e de campanhas antitabagismo.

O médico e pesquisador da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) José Alexandre de Souza Crippa citou uma pesquisa sueca feita com 50 mil pessoas por 35 anos que concluiu que o uso de maconha pode aumentar em 370 vezes as chances de manifestações de

esquizofrenia. Outro estudo, chamado metanálise, mostrou que a prevalência da doença nas pessoas que usam maconha é de 1,4%, mas de apenas 0,6% entre as que não usam.

— Em termos de saúde pública, para um país com 200 milhões de habitantes como o Brasil, isso é gigantesco — disse. Crippa destacou ainda pesquisas mostrando que a maconha pode provocar atrofia em áreas cerebrais de usuários e perturbações no funcionamento do cérebro, mais evidentes nos jovens, em quem o órgão está em desenvolvimento.

Já o neurocientista Renato Malcher Lopes, professor de ciências fisiológicas da UnB, discordou de Crippa.

— O aumento de casos de esquizofrenia em usuários de maconha não se deve à causalidade, e sim à correlação entre os sintomas da doença e o alívio que a droga provoca nesses sintomas, como a ansiedade. As pessoas com tendência à esquizofrenia estão entre as que mais procuram a maconha, mas a droga não causa a doença, elas acabariam desenvolvendo esquizofrenia com o tempo, mesmo sem usar

Remédios controlam convulsão e aliviam dor da quimioterapia

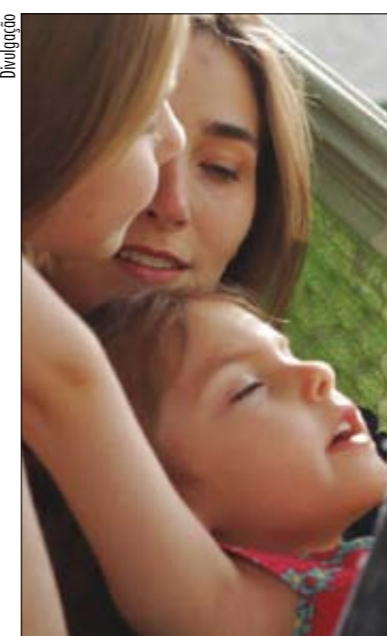
Alexandre Crippa defendeu a legalização do uso medicinal de substâncias existentes na *Cannabis sativa*, como o canabidiol, que não provoca efeitos psicoativos e retém propriedades anti-inflamatórias, analgésicas, antiúlcera, antipsicóticas, neuroprotetoras, ansiolíticas e anticonvulsivantes.

O pesquisador disse que a 3ª Vara Federal de Brasília liberou, em 3 de maio, para uso de uma menina de 5 anos, a importação de medicamento à base de ca-

nabidiol proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A mãe da menina Anny, Katiele Fischer, o importava irregularmente dos Estados Unidos para controlar as convulsões da filha, que não reagia a medicamentos legais para epilepsia grave.

— Na nona semana usando o canabidiol, Anny foi de 80 crises convulsivas por dia para zero. Renato Malcher acrescentou que, em 1843, já eram descritos os usos medicinais da maconha, na forma de tintura de *Cannabis indica*, para controle da epilepsia.

— A proibição impediu o desenvolvimento da ciência desde 1843. Tantas vidas poderiam ter sido salvas, tanto sofrimento evitado. O estudo da Consultoria cita também medicamentos à base de outra substância, o D9-THC, testados contra dor aguda pós-operatória, esclerose múltipla, fibromialgia, HIV/Aids, glaucoma e transtornos digestivos. No caso dos pacientes com câncer, é verificada uma tolerância maior à quimioterapia. Por outro lado, o consumo desses remédios pode levar a efeitos adversos digestivos, odontológicos, pulmonares, cardiovasculares e psiquiátricos, advertem os consultores.



Katiele e suas filhas: síndrome causava em Anny convulsões a cada duas horas

Saiba mais

Para participar pelo e-Cidadania, o cidadão deve fazer um cadastro, que o habilitará a qualquer participação futura. O endereço do portal é <http://www.senado.leg.br/cidadania>

Para sugerir projetos de lei, deve entrar em e-Legislação. A ideia é analisada e, se for adequada, é publicada no portal. Caso receba mais de 20 mil apoios em até quatro meses, é transformada em sugestão legislativa e encaminhada formalmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Também pelo e-Legislação é possível apoiar propostas já existentes.

Para sugerir audiências públicas, o cidadão precisa entrar em e-Representação. A sugestão de debate nas comissões deve receber pelo menos 10 mil apoios.

Pelo e-Cidadania também é possível participar de diversas outras formas da atividade legislativa, como fiscalizar o Orçamento, responder a enquetes, acompanhar o trabalho dos senadores, opinar sobre propostas em tramitação, entre outras. O e-Cidadania está também nas redes sociais: [facebook.com/eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF) e twitter.com/e_cidadania.

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Debatedores pedem mais rigor para delito trabalhista

Recebe amplo apoio de juízes e procuradores na CDH a proposta que expande atribuição da Justiça do Trabalho para permitir a aplicação de sanções penais aos condenados, como detenção e multa

JUÍZES DO TRABALHO e membros do Ministério Público do Trabalho defenderam ontem a competência penal para a Justiça trabalhista. Nessa hipótese, além de analisar a lesão ao direito, o juiz poderá aplicar sanções penais, como detenção e multa. O assunto foi abordado na Comissão de Direitos Humanos (CDH), em debate proposto por Paulo Paim (PT-RS).

— [A ideia é] reconhecer que a expectativa de penalização pode aumentar o cumprimento da legislação trabalhista — disse Paulo Moraes, presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho.

Ele explicou que o objetivo é alcançar também aqueles que nunca se “sentaram no banco dos réus”, como grandes usinas que atrasam salários para investir no negócio, sem ter que pagar juros por empréstimos.

— Mas, se um trabalhador furtar uma galinha do vizinho, acabará encarcerado — disse.

O subprocurador-geral do Trabalho Rogério Fernandez chamou a atenção para a “retenção dolosa” do salário, assim como para a degradação ambiental, os abusos sexuais e a discriminação.

— O que estamos pensando é num direito penal inclusivo.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo



Paulo Moraes, Ângelo Costa, Paulo Paim, Ricardo Rachid e Jacqueline Carrijo

Costa, argumentou que a Justiça criminal prioriza outros crimes em detrimento daqueles que se relacionam ao trabalho. O juiz do Trabalho Reinaldo Moraes sugeriu alteração na legislação antes da posição final do Supremo Tribunal Federal (STF), que analisa ação sobre o assunto.

— Essa celeuma deve ser eliminada de vez, para que se adote a plena competência penal trabalhista — disse.

Opinião divergente tem Ricardo Rachid, da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

— Colocam o juiz do Trabalho, nesse caso, quase como um aliado da vítima, com a função de combater crime. Um juiz parcial não interessa à sociedade — afirmou.

Guilherme Feliciano, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, refutou a ideia. Ele defende, porém, que os juízes devem atuar com “sensibilidade”

diante dos “dramas sociais”.

A auditora fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo assinalou que os crimes são comuns e envolvem exploração do trabalho infantil e o trabalho escravo.

— O que rola no mundo do trabalho são crimes, o que vai muito além de infrações trabalhistas — afirmou.

A subprocuradora-geral da República Raquel Dodge apontou a necessidade de alterar o Código Penal em relação à prescrição dos crimes trabalhistas. Ela observou que o réu apresenta recursos depois da sentença final, conseguindo eternizar os processos.

— Isso causa a sensação de que o Judiciário não está decidindo — disse.

Paulo Paim acatou a sugestão dos convidados para a criação de um grupo de trabalho para discutir direitos humanos, relações de trabalho e competências penais.

Comissões discutem hoje humanização do parto no Brasil

Para marcar o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, comemorados em 28 de maio, as Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) fazem hoje um debate sobre humanização do parto.

A reunião deve contar com a presença de Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Direitos Humanos, e de Vera Soares, secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

O tema desperta interesse

graças aos altos índices de cesarianas no Brasil, além das denúncias de violência obstétrica recebidas na CPI Mista da Violência contra a Mulher, em 2012 e 2013.

Cidadãos podem participar pela internet e por telefone.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHpartoAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Senado presta homenagem à Irmã Dulce em sessão especial

O Senado realiza hoje, às 12h, sessão especial para comemoração do centenário do nascimento de Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, a Irmã Dulce (1914–1992), chamada de “o anjo bom da Bahia”. A religiosa católica, nascida em Salvador, dedicou-se à assistência aos pobres e criou várias instituições de caráter filantrópico. A mais famosa delas é o Hospital Santo Antônio, na capital baiana.

Irmã Dulce será homena-



Reprodução/ Blog do Folhar Missionário

geada pela vida dedicada à ajuda ao próximo. O pedido da sessão é de José Sarney (PMDB-AP), que, quando presidente da República, em 1988, indicou a freira para o Prêmio Nobel da Paz.

Sarney argumentou que as ações de caridade eram reconhecidas em todo o mundo. Na época, a indicação obteve apoio da rainha Sílvia, da Suécia.

Em 1980, ela rezou com o papa João Paulo II na primeira visita do líder católico ao Brasil.

Paim propõe audiência sobre atual onda de violência no país

Paulo Paim (PT-RS) lamentou e repudiou o surto de violência registrado no Brasil, marcado por crimes cruéis que, na opinião dele, sinalizam para “uma perigosa banalização da vida”.

Entre esses crimes, Paim citou o assassinato do menino Bernardo Boldrini, no Rio Grande do Sul, em que os suspeitos são a madrasta, uma amiga dela e o pai do garoto.

Paim disse que os brasileiros estão “estarcidos” com esses crimes e que os responsáveis merecem punição exemplar. Ele também

defendeu uma reflexão sobre o que está ocorrendo e o que pode ser feito para conter essa violência e a banalização da vida. Por isso, já pediu uma audiência sobre o assunto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Empréstimo

Paim também disse esperar que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprove amanhã empréstimo de US\$ 50 milhões solicitado pela cidade gaúcha de Canoas para aplicação na infraestrutura urbana municipal (MSF 40/2014).

Figueiró defende valorização dos servidores

Ao comentar a ameaça de greves de servidores públicos neste fim de mês, Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que o governo precisa ser coerente: afirma não ter dinheiro para dar

aumento, mas gasta com a Copa do Mundo, bate todos os meses recordes de arrecada-



Waldemir Barreto/ Agência Senado

ção, destina R\$ 200 bilhões ao ano aos juros da dívida interna e dá benefícios à energia elétrica e aos combustíveis.

Para o senador, investir no setor público, especialmente educação, saúde e segurança pública, traria benefícios para toda a sociedade. Ele lembrou

que, além dos baixos salários, muitos servidores não têm boas condições de trabalho e sofrem com a falta de equipamentos e locais insalubres.

— Não há como pensar em desenvolvimento sustentável, com crescimento robusto e permanente, sem servidores especializados, que não sofram pressões advindas do aparelhamento partidário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Clareza atrai investimentos, dizem debatedores

Brasil precisa oferecer segurança jurídica a investidores estrangeiros, segundo participantes de audiência pública interativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura

REGRAS CLARAS E justas para concessões públicas e parcerias público-privadas (PPPs) são imprescindíveis para o Brasil atrair e manter investimentos nacionais e estrangeiros para infraestrutura. Essa foi uma das conclusões dos debatedores que ontem participaram de audiência pública interativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre segurança jurídica para investimentos privados.

O professor de Direito Alexandre Aragão, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), disse que os marcos regulatórios brasileiros precisam ser aperfeiçoados, com cautela, para facilitar o ambiente de negócios. Para ele, é preciso separar com mais clareza as competências das agências reguladoras e do Poder Executivo central em áreas como transportes, energia e telecomunicações.

— As agências têm muito mais conhecimento das consequências que cada norma pode ter. Elas podem ouvir usuários, empresários, Procons, associações para que o poder público regule melhor.

Outra sugestão do professor é a criação de análises de impacto regulatório: estudos prévios obrigatórios para mudar regras. Ele elogiou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Conse-



Aroeira, do BNDES, o ex-ministro Almir Pazzianotto e o presidente da comissão, Fernando Collor, ouvem o professor Aragão

lho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pela transparência.

— Hoje existem agências reguladoras que são verdadeiras caixas-pretas. Até as partes têm dificuldades de acesso à informação — disse Aragão.

Custo logístico

O chefe do Departamento de Transportes e Logística do BNDES, Cleverson Aroeira, informou que um percentual muito alto do produto interno bruto (PIB) brasileiro é gasto com transporte. O custo logístico chega a 12% do PIB.

— O Brasil é o primeiro exportador mundial de grãos, mas ainda tem problemas básicos como aumentar a velocidade média das fer-

rovias — atualmente em 20 quilômetros por hora —, a espera para carregar navios, as filas de caminhões para entrar nos portos — afirmou.

Aroeira defendeu a modernização dos marcos regulatórios para tornar o país mais atrativo aos investimentos estrangeiros. Ele informou que infraestrutura é destinação prioritária dos desembolsos do BNDES, R\$ 60 bilhões em 2013.

— O desafio do governo é levar adiante os atuais investimentos, principalmente em portos e ferrovias — assinalou. De acordo com o representante do BNDES, o transporte aéreo brasileiro cresceu 100% na última década em número de passageiros, mas o país ainda tem potencial de crescer mais 200% nos próximos anos.

Para a melhoria do marco regulatório da logística, Aroeira sugeriu taxas mais competitivas nos leilões de concessões públicas, incentivos fiscais e alocação adequada dos riscos nos contratos entre poder público e agentes privados.

Leis trabalhistas

O ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Almir Pazzianotto defendeu a modernização da CLT, o aperfeiçoamento da legislação sobre trabalho terceirizado na administração pública e a regulamentação do direito de greve dos servidores.

Em resposta ao presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), Pazzianotto disse que uma revisão bem feita das leis

não prejudicará trabalhadores. Para ele, as melhores garantias são economia forte e evolução política da classe.

— Lei só cria emprego no serviço público, não no setor privado. É preciso alargar o espaço onde a iniciativa privada pode exercer criatividade.

Pazzianotto também disse que a insegurança jurídica começa nas constituições. Ele lembrou que o Brasil está em sua sétima constituição, enquanto os Estados Unidos têm a mesma carta magna desde a independência.

— Essa instabilidade constitucional contamina toda a estrutura jurídico-política do Brasil. A Constituição de 1988 já teve tantas emendas que eu não sei se ainda é a mesma que foi promulgada. O dinheiro é móvel e covarde, está sempre procurando um porto seguro.

Collor apresentou perguntas de internautas e convidou a população a acompanhar hoje, às 10h, a audiência conjunta da CI, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre qualidade do serviço de telefonia, com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (*veja matéria abaixo*).

A audiência de ontem integra o 7º ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país.

Ministro fala sobre telefonia celular e banda larga

A qualidade dos serviços de telefonia móvel, já debatida na semana passada por presidentes de empresas de telecomunicações, será o tema de audiência pública hoje, às 10h, com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. A audiência é uma realização conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Serviços de Infraestrutura (CI).

No dia 20, o debate contou com a participação dos pre-

sidentes das empresas Vivo, TIM e Claro, respectivamente Antonio Carlos Valente, Rodrigo Abreu e Carlos Zenteno, além de representante da Oi.

A falta de infraestrutura foi a justificativa apresentada pelos representantes das companhias telefônicas para a baixa qualidade do serviço.

Segundo os executivos, seria necessário instalar mais antenas e, para isso, mudar a legislação, aprovando o projeto da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012). A proposta foi aprovada no início de 2013 pelo Senado e, após ser alterada na Câmara, deve

voltar a ser examinada pelos senadores.

Programa federal

Logo após a audiência pública, a CCT promoverá um debate com o ministro Paulo Bernardo sobre o programa do governo federal que prevê a massificação da oferta de internet rápida no país até 2014 — o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Dentro do plano de atividades de 2014, a comissão elegeu o PNBL como política pública a ser avaliada ao longo do ano. Além da audiência com o ministro, a CCT promoverá debates especialistas e representantes de órgãos públicos, usuários e provedores. O relator da avaliação, Aníbal Diniz (PT-AC), também propôs obter informações com a subcomissão da Câmara que acompanha as ações do Programa, solicitar informações ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, Ministério das Comunicações, Anatel e Telebrás, além de consultar o Tribunal de Contas da União (TCU).

Procurador-geral da República fala sobre novo Código Penal

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, debaterá hoje o projeto de novo Código Penal (PLS 236/2012), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A discussão começou com a apresentação de um anteprojeto por comissão de juristas instalada em 2011, por iniciativa do então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O objetivo era atualizar o código de 1940, que sofreu apenas uma alteração substancial, em 1984.

Em comissão especial de senadores, o texto recebeu substitutivo do relator, Pedro Taques (PDT-MT), sugerindo penas maiores para crimes contra a vida, aumentando o rol de crimes hediondos e tornando mais rigorosa a progressão de penas. O substitutivo extingue o livramento condicional e classifica como crimes a perseguição obsessiva ou insidiosa, conhecida como *stalking*, e a intimidação vexatória, o *bullying*. O atual relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pediu a audiência com várias autoridades, inclusive Janot.

Alvaro condena ataques a Aécio feitos a partir de PCs de prefeitura

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou informação de que computadores da Prefeitura de Guarulhos (SP) foram usados para criar páginas na internet com ofensas ao senador Aécio Neves (PSDB-MG), pré-candidato à Presidência da República. O município é governado pelo PT.

— Só a partir da sede da Secretaria de Comunicação Social [de Guarulhos], as páginas contra Aécio Neves foram manipuladas 81 vezes em 20 dias. Há ainda, entre os criadores do perfil, uma funcionária da prefeitura, Nataly Diniz, que usou celular para administrar as páginas.

O senador também lembrou que a Associação Comercial do Paraná comemorou, em 25 de maio, o Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte para refletir sobre a relação entre o quanto se paga em imposto e os serviços públicos de péssima qualidade.



Paulo Bernardo participa hoje de duas audiências públicas no Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Graça Foster depõe à CPI da Petrobras hoje

Ela explicará a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Na quinta, a comissão ouve o ministro do TCU José Jorge e o ex-diretor da estatal Jorge Luiz Zelada

A PRESIDENTE DA Petrobras, Graça Foster, será ouvida na CPI da Petrobras hoje, às 10h15. Será a segunda vez que ela virá ao Senado para explicar denúncias de irregularidades, como as relativas à compra da refinaria de Pasadena, nos EUA.

Ao falar às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA), em abril, Graça Foster reconheceu que a aquisição “não foi um bom negócio”. Ela admitiu a perda de US\$ 530 milhões no teste do *impairment* — conceito contábil que define a redução do valor recuperável de ativos.

Ainda hoje, a CPI deve votar cinco requerimentos. Um deles, apresentado por Humberto Costa (PT-PE), pede a convocação do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ele participou do negócio de Pasadena. Costa estava preso até a semana passada por envolvimento na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal,

que investigou um esquema de evasão de cerca de R\$ 10 bilhões em divisas.

A CPI deve votar também amanhã requerimentos que pedem acesso à documentação da Operação Lava-Jato, bem como a cópias de processos em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol YPF, no caso da Refinaria de Bahía Blanca, na Argentina.

Na quinta-feira, a CPI da Petrobras vai ouvir o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge e o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada.

Ministro do TCU

José Jorge é o relator do processo no TCU que investiga possíveis irregularidades na compra da refinaria de Pasadena. Em nota à imprensa do dia 24 de março, o ministro informou que o processo teve início em março do ano passado. A Petrobras, ainda de acordo com a nota,



Presidente da Petrobras volta ao Senado para falar sobre negociação nos EUA

já teve a oportunidade de se explicar e, desde janeiro deste ano, a ação é analisada pela unidade técnica do tribunal. José Jorge explicou também que, concluída essa fase, o processo retornará a ele, para a preparação do voto.

A Petrobras, por sua vez, esclareceu que desde março uma comissão interna apura se houve erros na aquisição. Além disso, há fiscalizações por parte da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério Público. A empresa

informou que respondeu, desde novembro de 2012, a 16 solicitações do TCU e 5 da CGU sobre a refinaria de Pasadena.

Ex-diretor

A CPI deve ouvir, ainda na quinta-feira, Jorge Luiz Zelada, ex-diretor da área Internacional da estatal, que deixou o cargo em julho de 2012. Ele foi responsável pelo resumo executivo que recomendou a compra dos outros 50% da refinaria de Pasadena.

De acordo com a Petrobras, a petroleira belga Astra Oil, então sócia da estatal brasileira em Pasadena, comunicou em dezembro de 2007 que tinha interesse em vender a metade da refinaria, em função de desentendimentos quanto à expansão e gestão do projeto. Em março do ano seguinte, o Conselho de Administração da empresa não autorizou o negócio. Foi quando a Astra fez uso da cláusula Put Option (opção de venda) prevista no contrato e a Petrobras assumiu o controle total de Pasadena.

A Petrobras informou ainda que a compra de 100% das ações da refinaria custou US\$ 554 milhões e outros US\$ 341 milhões foram pagos por 100% das quotas da companhia de *trading* (comercializadora) de petróleo e derivados. No total são US\$ 895 milhões. A estatal brasileira também gastou US\$ 354 milhões com juros, empréstimos, garantias, despesas legais e complementos do acordo com a Astra.

Comissão mista pode ser instalada amanhã

Dois blocos parlamentares do Senado ainda não indicaram representantes na CPI Mista da Petrobras. São os Blocos de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL e PRB) e o da Maioria (PMDB, PP, PSD e PV). Apesar disso, a expectativa é que a CPI mista seja instalada amanhã. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na semana passada que poderá indicar hoje os representantes dos partidos, caso esses não o façam.

— Na quarta-feira, já pode haver a automática instalação da comissão parlamentar

[mista] de inquérito, com a eleição do presidente, com a designação do relator e com a aprovação do plano de trabalho — declarou Renan.

A oposição, que não tem participado da CPI da Petrobras do Senado, deposita em uma comissão mista a esperança de uma investigação mais profunda. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o primeiro ato da CPI mista deveria ser a convocação do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que chegou a participar do Comitê de Proprietários da refinaria de

Pasadena — negócio objeto de investigação das CPIs. Costa foi preso recentemente pela Polícia Federal, acusado de participar de um esquema de evasão de divisas.

Na visão de Anibal Diniz (PT-AC), os senadores do PSDB precisam “cumprir suas obrigações” e participar da CPI da Petrobras do Senado. Ele lembrou que Graça Foster virá à comissão hoje para falar sobre a compra da refinaria. Apesar da defesa da CPI do Senado, Anibal confirma a expectativa de que a CPI mista seja instalada amanhã.

Gabrielli esclarece aditivos em contrato da Abreu e Lima

O presidente da CPI da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), anunciou ter recebido de Sergio Gabrielli (*foto*), ex-presidente da Petrobras, esclarecimentos sobre aditivos no contrato de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Vital informou que na reunião de hoje, quando será ouvida Graça Foster, vai tornar públicas as explicações de Gabrielli.

Ao depor à CPI na semana

passada, Gabrielli afirmou que, para cuidar da Refinaria Abreu e Lima, a Petrobras criou a Refinaria do Nordeste (Rnest), à qual cabe, segundo o ex-presidente, decidir sobre os valores adicionais da obra.

— Portanto, é esta empresa que discute os aditivos. Os aditivos não chegam à diretoria da Petrobras. Nós não temos como falar sobre eles, porque eram resolvidos no âmbito da Refinaria do Nordeste.



Sergio Gabrielli/Agência Senado

Collor acusa revista de voltar a fazer denúncias infundadas

Fernando Collor (PTB-AL) acusou a revista *Veja* de, após ser condenada a lhe pagar uma indenização de R\$ 1,4 milhão (valor corrigido) por calúnia, injúria e difamação, tentar mais uma vez atingi-lo. Em discurso no Plenário, o senador se referiu à matéria em que a revista informa que ele teria recebido depósitos bancários do doleiro Alberto Youssef, envolvido na Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que investigou um esquema de evasão de cerca de R\$ 10 bilhões em divisas.

No entanto, de acordo com o senador, o juiz Sergio Fernando Moro, da Justiça Federal do Paraná, já infor-

mou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que Collor não está envolvido em nenhuma das oito ações penais decorrentes das investigações realizadas.

Para o parlamentar, desde a primeira reportagem, ficou clara a tentativa de vincular o nome dele à operação da Polícia Federal.

— Como sempre, levantaram suspeitas, camuflaram informações, emitiram insinuações e, pior, fizeram acusações — lamentou.

Collor ressaltou que, em abril deste ano, já após a condenação pela Justiça, a revista publicou matéria em que denunciava o depósito

de um cheque de R\$ 8 mil na conta bancária do senador, que seria produto de um “suposto e mirabolante esquema de origem e intermediação”. Ele observou que nem a própria revista



Segundo Collor, Justiça Federal já excluiu seu nome das investigações

soubesse explicar a denúncia.

Agora, acrescentou Collor, a publicação retoma o fato, apontando outros depósitos bancários. O parlamentar lembrou que as denúncias se seguem à absolvição dele pelo STF em relação a acusações de peculato, corrupção e falsidade ideológica no período em que foi presidente da República.

Ele também questionou o motivo de, em abril, a revista informar apenas um depósito.

— Por que divulgaram, àquela altura, tão somente a informação de um único depósito se todos os comprovantes foram certamente encontrados juntos? Como

pode, em uma história de suposto interesse jornalístico, reportar o fato de forma incompleta? Qual foi, afinal, a intenção de omitir as demais informações que, agora, eles mesmos apresentam? Convinhamos que é inimaginável que uma fonte jornalística não prestasse por completo tal informação — argumentou.

Ao encerrar o pronunciamento, Collor enfatizou que não conhece o doleiro Alberto Youssef e jamais manteve qualquer relacionamento de ordem pessoal ou política com ele. afirmou o mesmo em relação a Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras.